

# Fernando Molica

## Bolsonaro ressuscitou a cultura do golpe

A condenação de Jair Bolsonaro, de oficiais-generais e de outros acusados abre caminho para o rompimento de uma cultura golpista ainda muito presente entre nós. O flerte explícito do ex-presidente e de chefes militares com a quebra das regras democráticas havia jogado boa parte do país de volta a um passado nada idílico.

Músicas como “Apesar de você” (Chico Buarque) e “Cálice” (Chico e Gilberto Gil) haviam voltado a fazer sentido, deixaram de ser apenas belas canções representativas de um momento histórico para reconquistarem atualidade.

No processo eleitoral de 2022, versos como “A minha gente hoje anda/ Falando de lado/ E olhando pro chão” recuperaram a capacidade de exprimir sentimentos, revoltas e esperanças vingativas (“Você vai pagar/ e é dobrado”). O mesmo em relação à dor traduzida em “Como beber dessa bebida amarga/ Tragar a dor, engolir a labuta”.

O radicalismo e a guerra cultural promovidos pela extrema-direita fizeram renascer uma polarização típica dos tempos da ditadura, entre situação e oposição, um revival dos tempos de Arena contra MDB.

Nas eleições, a prioridade de setores não bolsonaristas passou a ser a escolha de candidatos não alinhados com o então presidente, um movimento que contribuiu para a diminuição do leque de alternativas.

Nas disputas presidenciais de 2018 e 2022, a lógica do segundo turno contaminou a primeira rodada dos pleitos, tudo voltara a ser na base do nós contra eles, uma dicotomia que enfraquece a diversidade da representação e a busca de novas perspectivas políticas.

Notas produzidas por comandantes militares haviam recuperado sua importância, voltaram a ser lidas com lupa, da mesma forma que ocorria na época da ditadura. Nas suas linhas e entrelinhas escondiam intenções da caserna — nos anos 1970 e 1980, poderiam indicar maior ou menor chance de abertura; em 2011 e 2012 apontavam a chance de quebra da institucionalidade.

Nós, jornalistas, tivemos que retomar o hábito de decorar nomes dos comandantes das três forças, a prestar atenção nos movimentos de nomeação deste ou daquele oficial-general: seria ele um golpista ou alguém comprometido com a democracia?

Em nossas rondas diárias em busca de notícias, passamos a incluir conversas com generais, almirantes e brigadeiros, a perguntar se havia o risco de golpe, de nova ditadura — um tipo de questão redundante. Se nos sentimos obrigados a fazer esse tipo de pergunta é porque há mesmo o risco de virada de mesa.

Para muitos brasileiros, falar em ditadura é algo tão distante quanto citar o inferno que era conviver com uma inflação de 2.500% ao ano (houve isso, em 1993). Mas quem era obrigado a cobrir solenidades militares e a correr pro supermercado no dia em que recebia salário não esquece. Se você, leitor, tiver menos de 40 anos, acredite, era terrível.

O mandato de Bolsonaro nos reaproximou do risco da ditadura, mostrou que a sociedade brasileira ainda tem presente a memória do autoritarismo e do arbítrio. Pior, revelou que muita gente sonha com a volta da opressão, da tortura, dos desaparecimentos e da censura. Ao mandar os líderes golpistas para a cadeia, o STF nos deu mais uma chance para banirmos esses bichos-papões,para extirparmos qualquer tipo de normalização da ditadura.

# Márcio Coimbra\*

## Taiwan na ONU Assembleia de 2025 é chance de corrigir desequilíbrio

Criada em 1945, a Assembleia Geral é o principal órgão deliberativo da ONU, reunindo todos os Estados-membros sem distinção. Ao longo de oito décadas, tem sido fórum essencial para discutir temas relevantes para o equilíbrio internacional. Sua legitimidade deriva justamente do caráter universal, princípio que não pode ser comprometido por exclusões políticas arbitrárias. A 80ª sessão abriu formalmente em 9 de setembro, em Nova York. Entretanto, o tema da Assembleia Geral deste ano, “Juntos somos melhores: Oito décadas de compromisso com a paz, o desenvolvimento e os direitos humanos”, ecoa uma contradição gritante: enquanto defende universalidade, continua a falhar no sentido de fornecer vez e voz para nações que têm o direito de serem ouvidas, como é o caso da mais vibrante e aberta democracia da Ásia, Taiwan.

Esta incômoda situação se baseia na Resolução 2758, aprovada em 1971, que se tornou objeto de distorções que comprometem a credibilidade do sistema multilateral. Embora trate exclusivamente da representação da China na ONU, a resolução tem sido utilizada por Pequim como argumento para excluir Taiwan da participação na organização e em suas agências. Uma interpretação que carece de fundamento político ou jurídico, uma vez que o diploma legal não reconhece Taiwan

como parte da China e tampouco que o governo de Pequim deve representar o povo taiwanês no sistema das Nações Unidas.

A exclusão de Taiwan tem consequências práticas graves, uma vez que é capaz de fomentar tensões militares que colocam em risco a segurança de toda a Ásia-Pacífico e a estabilidade global. A ilha desempenha papel central na economia mundial — produzindo mais de 90% dos semicondutores avançados — e está localizada em uma rota marítima vital para o comércio internacional, onde transita cerca de metade da frota mundial de navios de carga. Sua exclusão não só debilita o multilateralismo, como expõe o sistema internacional a riscos desnecessários em um contexto de crescente rivalidade geopolítica.

Para além disso, em 2025, com apenas cinco anos para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, a ausência de Taiwan nos debates das Nações Unidas mina a capacidade coletiva global de alcançar resultados. Taiwan tem um histórico robusto em áreas como saúde pública, igualdade de gênero, inovação tecnológica e combate às mudanças climáticas. Seu know-how e sua participação ativa poderiam acelerar avanços essenciais para o desenvolvimento global inclusivo e sustentável. Negar esse espaço é contrariar o próprio espírito da agenda multilateral.

A Assembleia Geral de 2025 oferece uma oportunidade histórica para corrigir esse descompasso. Garantir a participação de Taiwan e seus cidadãos, inclusive jornalistas, é fortalecer a democracia, proteger o direito internacional e assegurar que o sistema das Nações Unidas se mantenha fiel à sua missão de universalidade.

O passaporte taiwanês é amplamente aceito no mundo, e sua rejeição em Nova York ou Genebra carece de fundamento jurídico, refletindo unicamente uma leitura política restritiva. Não se trata apenas de reconhecer Taiwan, mas de reconhecer que os princípios norteadores das Nações Unidas seguem como pilares essenciais da ordem internacional. A inclusão de Taiwan não é um favor, mas um imperativo moral e estratégico da estabilidade global.

**\*Márcio Coimbra é CEO da Casa Política e Presidente-Executivo do Instituto Monitor da Democracia. Conselheiro e Diretor de Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig). Mestre em Ação Política pela Universidad Rey Juan Carlos (2007). Ex-Diretor da Apex-Brasil e do Senado Federal.**

# Barros Miranda

## O 11 de setembro brasileiro

O dia 11 de setembro ficou marcado na história mundial pelo atentado às Torres Gêmeas do World Trade Center. Desse dia em diante, o esquema de segurança nos Estados Unidos — e no mundo como todo — mudou drasticamente, ficando mais rígido. Porém, no Brasil, o 11 de setembro ficará marcado como a data em que o Supremo Tribunal Federal condenou um ex-presidente a 27 anos e 3 meses de prisão, por, entre outros crimes, tentativa de golpe de Estado.

Datas iguais, bem diferentes, mas que, pela coincidência, vão entrar para a

história de seus respectivos países.

Bolsonaro, Braga Netto, Augusto Heleno, Ramagem, Anderson Torres, Paulo Sérgio Nogueira, Mauro Cid e Almir Garnier foram os responsáveis por um plano de tentar tomar o poder pelas vias militares e golpistas. De acordo com a Primeira Turma do STF, eles tramaram esse plano, chamado de Punhal Verde e Amarelo, para impedir a continuidade do governo Lula, mesmo após a sua posse.

Um fato que levará aos historiadores a perceber como a história pode ser cíclica e, ao mesmo tempo, cheia de altos

e baixos. Pensar que militares tramariam um golpe de Estado depois de anos no poder é algo a se pensar e poderia acontecer ou não.

Mais do que os fatos políticos desse ato, que são muitos, importante ressaltar o poder histórico desse acontecimento, que deve ser bastante debruçado, com várias fontes, antes de ter uma resposta concreta.

Julgar a foto pela capa nunca deve ser a função de um historiador, e sim pesquisar o que está por detrás dela.

**\*Historiador e Jornalista.**

# EDITORIAL

## O poder dos grandes eventos

Neste domingo, São Paulo se despede da segunda edição do The Town, um festival que entrou para o calendário cultural e econômico da cidade com o peso de um verdadeiro gigante. Durante seus dias de realização, o evento não apenas atraiu multidões em busca de música, cultura e entretenimento, mas também movimentou profundamente a economia paulistana, gerando um impacto estimado em R\$ 2,2 bilhões. Um número expressivo que reafirma uma verdade muitas vezes subestimada: grandes eventos são motores potentes de desenvolvimento urbano, econômico e social.

Capitais como São Paulo e Rio de Janeiro, pela infraestrutura, diversidade e capacidade de receber multidões, são palcos naturais para megafestivais. O The Town, inspirado e produzido pelos mesmos criadores do consagrado Rock in Rio, herda não apenas a grandiosidade do “irmão mais velho”, mas também sua capacidade de transformar a cidade que o acolhe. O Rock in Rio, com mais de 35 anos de história, é um marco internacional. O festival projetou o Rio de Janeiro no cenário global como uma capital da música e do turismo de entretenimento, tornando-se um modelo de como eventos podem ser vetores de transformação.

Seguindo essa trilha, o The Town já mostrou em São Paulo sua força. Mais do que shows e espetáculos, ele ativou uma cadeia complexa de serviços: hotéis lotados, bares e restaurantes com movimento acima da média, transporte público reforçado, aplicativos de mobilidade em alta, comércio aquecido. O reflexo é direto em milha-

res de empregos temporários e oportunidades que vão do ambulante ao técnico de som, do motorista de aplicativo ao guia turístico.

O impacto, no entanto, vai além do aspecto econômico imediato. Grandes eventos contribuem para a projeção internacional das cidades, fortalecem a imagem do Brasil como destino turístico e cultural, além de fomentar o sentimento de pertencimento e orgulho local. São ocasiões em que a cidade se reinventa, se prepara para receber o mundo e se reconhece em sua pluralidade.

Em um momento em que o país busca caminhos sustentáveis de crescimento, investir em políticas públicas que incentivem a realização de eventos dessa magnitude é estratégico. É preciso visão de longo prazo: melhorar infraestrutura, segurança, transporte e serviços pensando na capacidade de acolhimento. Cada real investido em eventos bem organizados retorna multiplicado em geração de renda, movimentação econômica e valorização urbana.

Ao promover experiências memoráveis, esses festivais constroem pontes entre o entretenimento e a cidadania. São exemplos concretos de como cultura e economia podem caminhar juntas, beneficiando não apenas quem consome, mas toda a engrenagem social que torna o espetáculo possível. A lição que o The Town deixa para São Paulo é clara: quando bem planejados, os grandes eventos não são apenas festas. São políticas de desenvolvimento que transformam cidades, geram oportunidades e projetam o Brasil que queremos ver no mundo.

## Das redes sociais para o destino final

Na era da conexão permanente, o celular se tornou o principal guia turístico do brasileiro. A recente pesquisa do Ministério do Turismo revelou que quase 50% dos turistas nacionais utilizam as redes sociais como principal fonte de informação na hora de planejar uma viagem. Plataformas como Instagram, TikTok e Facebook ultrapassaram guias tradicionais, blogs e até mesmo agências especializadas, consolidando-se como ferramentas de decisão influentes, especialmente entre os jovens.

Esse dado, longe de ser apenas uma curiosidade comportamental, precisa ser encarado como um chamado à ação para os gestores públicos de turismo, sejam eles municipais, estaduais ou federais. O Brasil é um país de dimensões continentais, com uma diversidade natural e cultural que poucos lugares no mundo possuem. Porém, essa riqueza ainda é

subexplorada. E se o turista já está nas redes, por que não ir ao encontro dele?

É preciso compreender que as redes sociais não são apenas vitrines digitais de paisagens bonitas, mas ambientes de construção de desejo e influência. Nessa lógica, blogueiros e influenciadores se tornaram verdadeiros agentes do turismo interno, com poder real de movimentar economias locais, divulgar novos destinos e transformar curiosidade em ação.

Ignorar essa tendência é insistir em uma lógica ultrapassada de promoção turística. Os tempos mudaram. Hoje, não basta mostrar o destino, é preciso inspirar a jornada. E isso, as redes sociais fazem como ninguém. É hora de profissionalizar as relações com influenciadores, criar programas estruturados de divulgação digital e usar o poder da internet para fomentar o turismo interno com estratégia e sensibilidade.

### O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA \* POR BARROS MIRANDA



#### HÁ 95 ANOS: ARGENTINA FAZ INTERVENÇÃO EM BUENOS AIRES

As principais notícias do Correio da Manhã em 12 de setembro de 1930 foram: Governo polaco mandar prender numerosos deputados por possível conspiração contra

#### HÁ 75 ANOS: TSE APROVA CANDIDATURA DE EDUARDO GOMES

As principais notícias do Correio da Manhã em 12 de setembro de 1950 foram: Mau tempo impe-

o presidente e a segurança do país. Governo provisório da Argentina decreta intervenção nas províncias de Buenos Aires e de Córdoba. Representantes dos bancos estrangeiros

na Argentina resolveram conceder vultuosos empréstimos ao governo provisório. Foi estabelecido o estado de sítio na Bolívia. Correio divulga comissão de concurso fotográfico.

de caravana de Eduardo Gomes no Paraná e ele volta para a São Paulo. TSE aprova candidatura do Briga-

### Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

---

Edmundo Bittencourt (1901-1929)  
Paulo Bittencourt (1929-1963)  
Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

---

**Patrick Bertholdo** (Diretor Geral)  
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

---

**Cláudio Magnavita** (Diretor de Redação)  
redacao@jornalcorreiodamanha.com.br

**Redação:** Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima

**Serviço noticioso:** Folhpress e Agência Brasil

**Projeto Gráfico e Arte:** José Adilson Nunes (Coordenação) e Thiago Ladeira

Telefones (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

**Whatsapp:** (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520  
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes  
Brasília - DF CEP 71736-20

[www.correiodamanha.com.br](http://www.correiodamanha.com.br)

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.